

O câmbio é questão crucial nos anos 90

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

"A política cambial é um tema crucial nos anos 90", disse, no último sábado, o economista argentino Roberto Frenkel, um dos pais do Plano Austral, abrindo uma das mais importantes discussões do seminário "O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas", sábado, no Itamaraty, cuja conclusão principal é a necessidade de estabilização com crescimento sustentado e equidade social. O tema está na ordem do dia devido à abertura da economia, aos processos de integração e à recuperação internacional de preços.

Frankel acha "necessário, em algum momento, passar de uma âncora cambial para um tipo de câmbio real, imprescindível para o crescimento. Há países que ainda não fizeram isso, como o México e a Argentina, e estão pendurados em uma política de câmbio atrasado, gerando grandes déficits na balança de conta corrente e dependendo de financiamento internacional, e que, todo mundo sabe, está muito mais volátil".

O Chile já encontrou um regime cambial com âncora real, mas o seu exemplo não conta para o Brasil porque já tinha feito a estabilização antes da década de 90 (ver matéria abaixo). "Há países que conseguiram fazer a transição com êxito, como a Bolívia e Israel, que passaram de um câmbio fixo para uma política cambial de

mais longo prazo. Isso depende de cada país, da inflação e das condições financeiras", comentou Frankel, observando que o Brasil, tendo a experiência argentina à vista, poderia evitar atuando mais oportunamente".

VALORIZAÇÃO PERIGOSA

Paulo Renato de Souza, cotado para o Ministério do Planejamento, defende uma taxa de câmbio real no longo prazo que contempla a inflação externa e interna. "Não precisa ser fixa, mas poderia oscilar dentro de uma banda." O economista Paulo Nogueira Batista Jr., do PT, provocou polêmica com seus ataques à equipe econômica atual que faz uma "valorização real do câmbio em cinco meses sem precedentes desde os anos 60. A Argentina se mantém numa armadilha cambial. Há elementos do plano argentino no Plano Real, que por enquanto é mais reversível. A valorização excessiva da taxa de câmbio é perigosa. A valorização do câmbio combinada com a abertura comercial, sem a preparação de uma lei anti-"dumping" e sem uma adaptação do sistema tributário, pode gerar déficits em conta corrente com dimensões perigosas, de 4% do PIB", alerta Nogueira Batista Jr., observando a necessidade, nesse caso, de financiamento externo, "o que nos aproxima da década de 70, que levou à crise da dívida".

Fernando Henrique Cardoso rebateu: "A hipótese dele

não vai acontecer. Ninguém vai fazer isso. A sociedade é complexa e impede as loucuras dos economistas".

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira diz que o governo deveria negociar com trabalhadores e empresários uma política cambial e juros mais baixos e, em troca, obter apoio para o plano de estabilização.

O economista e deputado federal recém-eleito Antonio Kandir (PSDB-SP) diz ter

"apreensão sobre as virtudes de um câmbio fixo. No caso do Brasil seria perigoso caminharmos para a fixação nominal da taxa de câmbio".

Gilberto Dupas, consultor econômico, membro do Instituto de Estudos Avançados da USP, acha a atual política cambial adequada e o problema de defasagem (31% atualmente) pode ser resolvido seletivamente, com alguns incentivos de natureza setorial. A necessidade de o

novo governo sinalizar com estratégias de longo prazo para atrair investimentos externos foi defendida por Dupas e pelo economista Antonio Barros de Castro. Este último disse que o governo deveria estabelecer limites de tolerância para a variação cambial e anunciar projetos prioritários em relação à infra-estrutura, além de fazer uma política de treinamento da mão-de-obra. O governo não deve esperar sen-

tado os investimentos, mas ter um "olheiro" que fique atento aos grandes projetos industriais no mundo e procure atraí-los para o Brasil, argumenta Dupas. Segundo ele, existem hoje seis grandes projetos de investimentos de grandes corporações transnacionais que podem ir para a Índia, México ou Brasil. Dois exemplos: motores elétricos de grande porte e indústria automobilística coreana e japonesa.